

O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico*

Paulo Sérgio Peres

Introdução

No final dos anos de 1960, Lipset e Rokkan (1967) apresentaram a tese de que os sistemas partidários europeus estariam “congelados”, refletindo clivagens de classe cristalizadas na dicotomia capital/trabalho ainda nos anos de 1920. Essa tese impunha uma perspectiva inversa à visão que se generalizava à época, qual seja, a de que os partidos europeus não vinham mais sendo efetivos na estruturação do comportamento eleitoral e de que os sistemas da região estariam em processo de desestruturação. Pouco tempo depois, outras análises, também baseadas em dados eleitorais, retomariam o debate em oposição à tese lipset-rokkaniana, mostrando evidências de que os partidos estariam perdendo a capacidade de representação política e de que a instabilidade teria se instalado novamente naqueles sistemas. Dessa vez, as análises eram acompanhadas de maior refinamento conceitual e de testes empíricos mais apurados, trazendo inúmeras inovações analíticas e metodológicas no tratamento da questão. Não obstante, a preocupação de fundo consistia ainda no enfrentamento daquele problema tão recor-

rente nas análises empíricas, nas reflexões teóricas e até mesmo na política cotidiana do velho continente: o da instabilidade eleitoral como componente fundamental da instabilidade política em geral.

Em função disso, é possível afirmar que a análise desse debate e a reconstrução do problema da instabilidade eleitoral são imprescindíveis para a compreensão não apenas da dinâmica dos sistemas partidários das democracias mais “consolidadas”, como também para o devido entendimento dos tipos de problemas que podem estar envolvidos na transposição das teorias, dos conceitos e da metodologia usualmente aplicados nos estudos dos sistemas europeus ao contexto latino-americano e mesmo ao brasileiro.

Dessa forma, meu objetivo neste texto é reconstruir analiticamente a formulação do problema da instabilidade eleitoral tal qual ele se deu no contexto europeu e a operação metodológica conectada às formas de mensuração desse fenômeno. Assim sendo, inicialmente discuto alguns elementos envolvidos na formulação da clássica hipótese do “congelamento” das clivagens partidárias na Europa nos anos de 1960, para depois enfocar as crí-

* Agradeço a Maria Hermínia Tavares de Almeida, Leôncio Martins Rodrigues, Jairo Nicolau, Rachel Meneguello e, especialmente, Fernando Limongi pelos comentários críticos ao texto e pelas sugestões. Agradeço também à Fapesp pelo suporte financeiro que possibilitou a realização da pesquisa que conduziu à redação deste texto.

ticas empíricas àquela hipótese e a proposição de que os sistemas europeus vinham se submetendo a um processo de “descongelamento” das clivagens partidárias nos anos de 1970 e 1980; e, por fim, retomo a hipótese do “congelamento” sistêmico nos anos de 1990.

A Hipótese do “Congelamento” dos Sistemas Partidários Europeus

O problema teórico e empírico da instabilidade eleitoral está diretamente relacionado com a conhecida hipótese do “congelamento” dos sistemas partidários europeus, formulada por Lipset e Rokkan (1967). De acordo com eles, aqueles sistemas refletiam ainda no final dos anos de 1960 a mesma estrutura de clivagens configurada no primeiro quarto do século XX, ou seja, uma estrutura de classes baseada na dicotomia capital/trabalho, ou, mais propriamente, na diferenciação entre trabalho manual e trabalho não-manual.

De maneira bastante genérica, é possível afirmar que, em seu estudo exemplar de

sociologia política, esses autores procuraram traçar a trajetória política européia desde o início da modernidade, utilizando o recurso heurístico de enfocá-la a partir das sucessivas estruturações de clivagens sociais e, conseqüentemente, de enquadrá-la em tipologias, cada qual correspondendo a um determinado período histórico. Com tal ponto de vista, ambos sugeriram que a evolução histórica daquelas sociedades levaram à configuração de quatro tipos sucessivos de clivagens dicotômicas, culminando na atual – pelo menos, em sua época – estrutura de classes, conforme sintetizadas no Quadro 1.

O Quadro 1 possibilita uma leitura em duas dimensões distintas, porém, interligadas. No eixo vertical, temos uma perspectiva diacrônica, ou seja, processual, da evolução das clivagens em termos históricos. Assim, a proposição de Lipset e Rokkan (1967) é a de que a passagem do período da Reforma/Contra-reforma ao período inaugurado pela Revolução Francesa correspondeu, em termos de estruturação social, à passagem das clivagens baseadas na dicotomia centro/periferia às clivagens baseadas na

Quadro 1
Estruturas de Clivagens na Europa

<i>Períodos Históricos</i>	<i>Clivagens</i>
Reforma/Contra-reforma (Sécs. XVI e XVII)	Centro/Periferia
Revolução Democrática (Rev. Francesa)	Estado/Igreja
Revolução Industrial (Séc. XIX)	Rural/ Urbano
Revolução Socialista (1917 em diante)	Trabalho/Capital

dicotomia Estado/Igreja; e, assim, sucessivamente, até o período inaugurado pela Revolução Socialista na Rússia. No eixo horizontal, a perspectiva é sincrônica e permite visualizar o tipo de clivagem estruturada em um dado período histórico. Nesse caso, eles propuseram, por exemplo, que, a partir da Revolução russa, configurou-se nos vários países europeus uma estrutura social baseada nas relações de classe.

Desse modo, em âmbito mais teórico, é possível afirmar que os autores tomaram como premissa a idéia de que a dinâmica social e política poderia ser entendida estritamente em termos sociológicos, ou seja, em termos das estruturas de clivagens que vieram se formando desde os primórdios da modernidade. Essa premissa, aliás, explica o fato de eles terem feito uma análise voltada, normativa e analiticamente, aos processos de modernização socioeconômica e de “desenvolvimento” político na Europa Ocidental pós-Contra-reforma religiosa – período em que foram sendo formados os Estados nacionais e em que a filosofia e o modelo político liberal vieram, paulatinamente, e cada vez mais, impondo-se tanto como ideologia quanto como forma de organização social e econômica. Simbolicamente, essa evolução é usualmente ilustrada pela seqüência histórica das “revoluções burguesas” – as duas etapas da revolução inglesa (a puritana e a “gloriosa”), a revolução (independência) norte-americana e a Revolução Francesa.

A ênfase dos autores nos tipos de rupturas históricas, de uma parte, e de divisões ou clivagens estabelecidas em dada estrutura social de determinado período, de outra, levou-os a delimitarem as primeiras décadas do século XX à gênese dos sistemas partidários europeus que vigiam naquele momento. Nesse caso, segundo sua argumentação, os partidos – cujas funções principais seriam as de servir de agências de mobilização política

dos indivíduos, de integradores das classes sociais no sistema representativo e, acima de tudo, de “tradutores” das demandas das classes no sistema político – teriam correspondência direta com as clivagens sociais e, no contexto europeu, depois de redefinidas as clivagens em termos classistas ao longo dos anos de 1920, o fato mais significativo seria que seus sistemas partidários teriam sido “congelados” nesses moldes. Dessa forma, ao conceberem os partidos como “tradutores” institucionais das demandas e das clivagens sociais e ao perceberem que tais clivagens permaneceriam essencialmente as mesmas desde o início do século, os autores chegaram à conclusão de que os respectivos sistemas partidários dos diversos países da Europa Ocidental permaneciam estáveis, isto é, sem alterações significativas em termos de apoio eleitoral e de “tradução” das clivagens de classe no sistema político.

De certa maneira, esse trabalho de Lipset e Rokkan (1967), bem como trabalhos posteriores de Rokkan (1970, 1977), fizeram uma clara oposição ao diagnóstico crítico e pessimista que Kirchheimer (1966) havia oferecido à comunidade acadêmica, com sua indicação de que a evolução dos partidos na Europa, em meados dos anos de 1960, não confirmava a proposição de Duverger (1951), qual seja, a de que os partidos de massas estariam se instalando na Europa Ocidental como o ápice da escala evolutiva das organizações partidárias, trazendo consigo fatores essenciais à dinâmica política moderna, como identidade política e balizamento ideológico. Pelo contrário, segundo Kirchheimer (1966), os partidos de massas, ideológicos, estariam sendo substituídos por partidos pragmáticos e meramente estratégicos, por partidos que ele denominou de *catch-all*, por admitirem em seus quadros personalidades políticas de matizes ideológicos variados e por atuarem na arena

eleitoral como uma empresa tentando maximizar seus lucros, que, no caso, seriam eleitores ou votos também de todos os matizes.¹

Portanto, a tese da emergência dos partidos do tipo *catch-all* significou um dos primeiros “diagnósticos” de crise partidária e de transformação dos sistemas europeus. Evidentemente, houve análises anteriores que também se concentraram na questão das transformações dos partidos, como no caso de Weber (1993) e Michels (1974); contudo, ambos apresentam uma visão positiva acerca dessa transformação. O primeiro contempla o surgimento do político profissional e do partido moderno como forma de superação da política plutocrática em favor de uma política verdadeiramente liberal. O segundo, embora apresente a polêmica tese da inescapável formação de uma burocracia oligárquica em qualquer tipo de organização, mesmo a partidária, vislumbra esse processo, ou essa “lei”, como um fator positivo nas imperiosas ações táticas que um partido é levado a adotar no contexto da competição democrática. Mesmo Duverger (1951), que também trata de um processo de transformação partidária, concebe como altamente positiva e desejável a emergência dos modernos partidos de massas na Europa.

Na verdade, esses autores fazem parte de uma corrente da literatura temática que se caracteriza precisamente por encarar de maneira positiva a passagem dos partidos de quadros ou de notáveis – enquanto organizações endógenas ao sistema político e com auto-suficiência financeira para suas atividades – aos modernos partidos de massas – enquanto organizações exógenas ao sistema e financeiramente dependentes de seus membros e filiados espalhados pelo conjunto dos grupos e das classes sociais, enraizados, portanto, na esfera da sociedade civil (Weber, 1993; Duverger, 1951; Lipson, 1966; Lipset e Rokkan, 1967; Sartori,

1976). Ao mesmo tempo, nenhum deles enxerga nesse processo, nem mesmo de soslaio, qualquer vestígio de instabilidade democrática ou de problema político. Isso porque, de acordo com seus pontos de vista, as transformações seriam linearmente voltadas à modernização das esferas sociais e, se instabilidade houvesse, esta seria resultante da crise de um mundo tradicional, da forma tradicional de dominação, ou dos resquícios de um tipo de *ancien régime* que deveria mesmo ser aniquilado.

Então, quando Kirchheimer (1966) trouxe à baila sua proposição acerca da emergência dos partidos *catch-all* e apontou as conseqüências que esse tipo de organização partidária poderia trazer ao sistema político como um todo, o que veio à cena foram justamente dois elementos ausentes nos estudos de todos daqueles autores. Primeiramente, a preocupação com a transformação dos partidos sob um viés negativo, e, em segundo lugar, o problema da instabilidade política derivada da instabilidade dos sistemas partidários. Afinal, segundo assevera Mair (1990, p. 6),

[...] the nature of the organizational transformation involved in the emergence of the catch-all party is clearly specified. [...] The catch-all party severs its specific organizational links with the society of which it is part and begins to operate at one remove from its constituency. It shifts from being a bottom-up party to being a top-down party, and chooses to compete on the market rather than attempting to narrow that market. It builds on conditional support than on a sense of identification. It seeks the endorsement of voters rather than their encapsulation.

Partindo, portanto, de uma premissa bastante próxima daquela adotada pioneiramente por Schumpeter (1942) e desenvolvi-

da mais detidamente por Downs (1951), Kirchheimer (1966) percebeu que a própria dinâmica da competição eleitoral, processo fundamental da democracia representativa, atuaria como uma espécie de incentivo às lideranças políticas para que elas procurassem adotar, cada vez mais, um tipo de organização mais condizente com essa lógica de mercado. À medida que um partido obtivesse êxito com esse tipo de estratégia, seria criado um efeito indutor, uma espécie de mimetismo partidário, em decorrência do qual as outras organizações seriam levadas a seguir estratégia semelhante. Ou seja, como observa Wolinetz (1979, p. 6),

[...] because the catch-all party is a superior instrument of competition, other parties imitate it, and the central features of party competition cease to be the formation of action preferences, advocacy of causes or defense of a classe gardée. Instead, we find an opportunistic battle among bland parties trying to achieve the best marketing results.

Porém, logo em seguida ao reboiço causado pela apresentação da tese de Kirchheimer (1966), Lipset e Rokkan (1967) vieram à tona com dados mais aprofundados, dados estes que refutariam essas

“impressões de superfície”, afirmando justamente o contrário, ou seja, que não haveria nenhuma crise de representação e de identidade partidária e que os países europeus investigados seriam caracterizados muito mais pela persistência do que pela mudança de seus sistemas. E mais, as votações dos partidos seriam estáveis e os alinhamentos dessas organizações em termos de apoio eleitoral teriam como base as estruturas de clivagens assentadas nas classes sociais.

Seguindo essa trilha aberta por Lipset e Rokkan (1967), vários trabalhos importantes procuraram, então, apresentar dados cada vez mais sistemáticos para verificar a hipótese lipset-rokkaniana ou simplesmente para refutar a tese de Kirchheimer (1966) acerca da proliferação dos partidos do tipo *catch-all* (Wolinetz, 1979; Dittrich, 1983). Um dos primeiros estudos desse tipo, considerado como pioneiro ao testar a estabilidade com uma extensa massa de dados agregados, foi o de Rose e Urwin (1970). Eles partiram da pressuposição operacional de que a confirmação da estabilidade dos sistemas partidários europeus deveria ser buscada em sua correspondente empírica imediata, qual seja, a votação constante nos partidos em eleições sucessivas. Para tanto, tomaram as organiza-

Tabela 1
Instabilidade Eleitoral dos Partidos nos Países
Anglo-Americanos, Escandinavos e da Europa Continental (1945-1970)

	<i>Crescimento (C)</i>	<i>Estabilidade (E)</i>	<i>Decréscimo (D)</i>	<i>Instabilidade</i>
	(%) $C \geq .25$	(%) $.24 \geq E \geq -.24$	(%) $D \leq -.25$	Média
Anglo-América	2	12	7	0,2 %
Escandinávia	1	24	5	0,14 %
Europa Continental	6	27	8	0,15 %
<i>Total</i>	9 (10%)	63 (68%)	20 (22%)	0,15 %

Fonte: Rose e Urwin (1970).

ções partidárias individualmente como unidade básica da análise e mensuraram a taxa agregada na variação proporcional dos apoios partidários entre eleições consecutivas. Ao todo, os autores analisaram as votações de 92 partidos de diversos países no período entre 1945 e 1970. Na Tabela 1, estão reunidos de maneira sintética alguns de seus dados principais.

Como pode ser notado, seus resultados indicaram que havia pouca flutuação na votação dos partidos em geral, considerando-se seu desempenho eleitoral entre os anos de 1940 e de 1970. Seus dados mostravam que, em média, 80% (correspondentes ao inverso do que mostra a última coluna da tabela) dos partidos anglo-americanos apresentaram oscilações entre $-.24$ e $+.25$, indicando uma estabilidade considerável. Maior ainda era a estabilidade nas votações dos partidos escandinavos (86%) e da Europa Continental (85%). No total, 68% de todos os partidos analisados (indicados na segunda coluna) mostraram-se extremamente estáveis, o que levou Rose e Urwin (1970, p. 319) a afirmarem peremptoriamente que “the electoral strength of most parties in western nations since the War had changed very little from election to election [...]”.

Desse modo, a hipótese do “congelamento” dos sistemas europeus estaria, assim, empírica e sistematicamente confirmada, e veio a se constituir em uma espécie de paradigma hegemônico no campo dos estudos partidários pelo menos até o final dos anos de 1970. Agora, diante dessa constatação, como sugerem os autores (*Idem, ibidem*),

[...] the first priority of social scientists concerned with the development of parties and party systems since 1945 is to explain the absence of change in a far from static period in political history.

De fato, grande parte dos anos desse decênio foi dedicada à busca das explicações para a estabilidade dos sistemas europeus; afinal, uma vez que a estabilidade teria sido admitida como um “fato verificado”, conseqüentemente as pesquisas deveriam ser voltadas à caça das variáveis explicativas desse fenômeno.

De forma bastante esquemática, é possível afirmar que há três linhas de explicação que se desenvolveram desde então; obviamente, todas inter-relacionadas e, como aponta Crewe (1985), vinculadas ou ao paradigma socioestrutural ou ao paradigma baseado na identificação partidária, nos quais as forças sociais e psicológicas surgem como os fatores motivadores do comportamento eleitoral. Na primeira linha explicativa, alguns autores enfatizaram que a estabilidade dos sistemas europeus, em grande medida, decorria da persistência das organizações partidárias tradicionais formadas naqueles países desde o início do século XX (Daalder, 1966; Lipset e Rokkan, 1967; Epstein, 1967; Rose e Urwin, 1970; Rokkan, 1970, 1977). Na segunda, foi defendido o argumento de que a estabilidade dos sistemas partidários seria explicada fundamentalmente pela persistência das identidades políticas ligadas aos partidos de massas (Converse, 1969; Shively, 1972; Butler e Stokes, 1975; Thomassen, 1976; Wolinetz, 1979). Na terceira, a ênfase foi dada à persistência da posição ideológica dos eleitores ou aos valores sociais aos quais cada classe estava estreitamente atrelada (Inglehart e Klingemann, 1976; Inglehart, 1977, 1979; Percheron e Jenings, 1981; Fuchs e Klingemann, 1990; Kitschelt e Hellemans, 1990; Knutsen, 1995, 1997, 1998).

Dessa forma, até o final dos anos de 1970, não havia, no contexto acadêmico europeu, nenhum estudo de política comparada mais sistemático que pudesse desafiar a hipótese de Lipset e Rokkan (1967). Foi

somente a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 que essa tese passou a ser duramente contestada, gerando um programa de pesquisa concorrente, cujos propósitos principais eram: (1) demonstrar que os sistemas europeus estariam se tornando instáveis desde o final dos anos de 1960 e (2) que essa instabilidade era indicativa de uma crise partidária, de uma crise de representação e, em um âmbito maior, era indicativa de um amplo processo de transformação tanto estrutural como cultural nos países daquela região. As análises passaram, então, a focar o “descongelamento” dos sistemas partidários europeus, uma vez que, conforme observou Crewe (1985, p. 6), “by the close of the 1970s fragments of evidence suggested that the solidity of western party systems was flaking [...]”. Assim, em frontal oposição ao tema predominante nas pesquisas de política comparada centrada na Europa Ocidental desde o final dos anos de 1960 até o final dos anos de 1970, a literatura temática dos anos de 1980 concentrou-se no diagnóstico e nas explicações da instabilidade dos sistemas partidários dos países daquela região.

A Hipótese do “Descongelamento” dos Sistemas Partidários Europeus

O principal trabalho que marcou o ponto de inflexão na consolidada tese de estabilidade estrutural dos sistemas partidários europeus foi apresentado por Pedersen (1979). Este autor se concentrou nas evidências empíricas da instabilidade e propôs o índice de volatilidade eleitoral como uma medida dinâmica mais acurada para a apreensão dos padrões de estabilidade e de mudança sistêmicas.

Na verdade, é importante que se ressalte, esse diagnóstico partiu de uma preocupa-

ção mais teórica. Ao propor o índice de volatilidade eleitoral como ferramenta analítica imprescindível para o estudo dos sistemas partidários, o autor estava preocupado com a construção de uma teoria que pudesse, de uma parte, explicar o funcionamento de sistemas multipartidários, e, de outra, captar, digamos assim, determinados fatores dinâmicos inerentes aos processos de competição eleitoral (Pedersen, 1983). A razão para tal proposição residia no fato de que a grande maioria dos estudos acerca dessa temática na Europa até os anos de 1940 havia se concentrado em sistemas bipartidários. Por outro lado, quando os sistemas de vários países começaram a se transformar em multipartidários, as preocupações analíticas com esse novo fenômeno, por sua vez, ficaram restritas ao formato sistêmico, ou seja, às mensurações centradas apenas no número de partidos relevantes e nas classificações quanto às polarizações ideológicas (Duverger, 1951; Kirchheimer, 1966; Lipset e Rokkan, 1967; Sartori, 1968, 1976).

Dessa maneira, embora alguns estudos empíricos e teóricos sobre aqueles sistemas multipartidários europeus tenham contribuído para o aumento do conhecimento sobre esse tema – especialmente quanto à sua taxionomia, com várias sugestões de tipologias quantitativas e qualitativas de partidos e de sistemas partidários –, seus enfoques eram insuficientes para apreender aspectos dinâmicos, uma vez que seus modelos teóricos e conceituais eram eminentemente estáticos. Todavia, para Pedersen (1983, p. 30),

[...] when moving from the relatively simple and well-known case of the two-part system to the more complex ones it becomes difficult to understand not only the formation and sustained existence of many parties, but also the widely varying character and perfor-

mance of these parties. [E, acima de tudo, conclui o autor,] the difficulties reflects the lack of generalized theory of multiparty systems and their developmental aspects.

Como contribuição à construção dessa teoria, Pedersen (*Idem*) procurou apresentar uma análise que focalizasse justamente os aspectos dinâmicos dos sistemas partidários, de forma a ser possível apreender sua formação, sua evolução e sua transformação, e propôs um índice matemático cuja formalização pudesse captar as mudanças agregadas nos apoios partidários em seqüências eleitorais históricas. Entretanto, tal contribuição teórica restringiu-se mais ao caráter operacional e metodológico, uma vez que sua proposta consistiu em sugerir uma heurística e um algoritmo que tornassem tratáveis em termos analíticos as conseqüências empiricamente testáveis extraídas das proposições teóricas advindas da hipótese do “congelamento” dos sistemas partidários europeus.

Seguindo a intuição de Sartori (1976), de que a configuração estrutural impõe determinadas predisposições mecânicas ao sistema, Pedersen (1979, 1983), então, propôs-se a analisar a relação entre uma variável estática (formato do sistema) e uma variável dinâmica (variação agregada nas votações dos partidos). A pressuposição teórica da qual partiu o autor era a de que o sistema, enquanto um todo composto de partes que interagem de determinada forma, deveria apresentar, necessariamente – como um *conditio sine qua non* para que funcionasse de fato como um sistema –, algum padrão dinâmico. Por sua vez, a hipótese adotada estabelecia que o caráter quantitativo (número de partidos) desse compósito, ou seja, dessas partes sistêmicas, influenciaria o padrão agregado de sua interação (dinâmica). Esta, a interação sistêmica, foi determinada em termos quantitativos, sendo entendida como a

proporção, variável ou não, de apoio eleitoral de cada partido em cada ponto temporal considerado. Ou seja, o número de partidos em competição afetaria a dinâmica das votações e, como tal, a dinâmica sistêmica.

Estabelecidas essas pressuposições elementares, a medida adotada para a análise da dinâmica dos sistemas partidários foi o índice de volatilidade eleitoral, correspondendo à taxa de mudança agregada nas proporções dos votos dos partidos entre duas eleições consecutivas.² Sua formalização é desenvolvida supondo-se que $P_{i,t}$ represente a porcentagem de votos obtidos pelo partido i na eleição t , então, a mudança em seu apoio eleitoral entre duas eleições poderá ser:

$$\Delta P_{i,t} = P_{i,t} - P_{i,t-1}$$

Desconsiderando-se os sinais negativos, ou seja, procedendo à somatória em módulo, o total de mudança agregada (TMA_t) pode ser formalizado como se segue; em que n representa o total de partidos em competição nas duas eleições consecutivas; sendo que: $0 \leq TMA_t \leq 200$.

$$TMA_t = \sum_{i=1}^n |\Delta P_{i,t}|$$

Considerando-se que o total agregado de votos que alguns partidos ganham é igual ao total agregado de votos que outros partidos perdem, a fórmula anterior leva à dupla contagem dos votos voláteis, daí a variação do índice ser de 0 a 200. Para eliminar a dupla contagem e normalizar a variação do índice entre 0 e 100, basta introduzir 2 na fórmula como divisor do total de mudança agregada dos votos, tal como sugerido a seguir; em que V_t representa a volatilidade agregada, $V_{i,t}$ a porcentagem de votos obtidos pelo partido i na eleição t e $V_{i,t-1}$ a porcentagem do partido i na eleição $t-1$; sendo que: $0 \leq VT \leq 100$.

$$V_t = 1/2 \sum |V_{i,t} - V_{i,t-1}|$$

Com essa medida, foi possível ao autor explorar com maior nitidez os padrões diacrônicos configurados ao longo de um contínuo histórico em alguns países da Europa Ocidental e realizar uma espécie de “teste crucial” da hipótese da estabilidade estrutural dos sistemas daquela região, conforme mostram os dados da Tabela 2. Como pode ser observado, os dados analisados por Pedersen (1979) refutavam as conclusões de Lipset e Rokkan (1967) e de Rose e Urwin (1970),³ pelo menos sua validade para o período de 1960 a 1974.

Em termos empíricos, Pedersen (1983, p. 35) procurou mostrar que os níveis da volatilidade eleitoral teriam aumentado significativamente em vários países daquela área a partir do final dos anos de 1960 e que, portanto,

[...] recent political history has produced some rather unexpected events which make it somewhat difficult to reconcile the theoretical view and the empirical realities”.

E, mais do que isso, o autor encontrou uma possível explicação para esse novo padrão na dinâmica competitiva dos sistemas, que seria a relação entre o número de partidos e a volatilidade eleitoral. Segundo ele,

[...] the number of competing parties has increased considerably in some of the northern Europe over the last few years, and the distribution of electoral strength in several countries has changed in unpredictable ways [*idem, ibidem*].

Obviamente, esse novo teste e as consequências dos resultados da análise de Pedersen (1979, 1983) motivaram a realiza-

Tabela 2
Evolução da Volatilidade Eleitoral Européia (1948-1977)

	1948-59	1960-69	1970-77	Média	Nº Eleições
Suíça	1,9	3,7	6,4	4	6
Áustria	4,1	3,9	3,1	3,7	8
Inglaterra	4,4	5,2	7,9	5,9	8
Finlândia	4,4	6,9	9,1	6,8	8
Suécia	4,8	4,3	6,6	5,2	9
Holanda	6,3	7,9	12,7	9,1	8
Bélgica	7,9	10,3	5,5	7,9	9
Itália	10,3	8	6,8	8,4	6
Irlanda	10,9	6,8	5	7,9	8
Noruega	3,4	5,2	17,1	8,1	7
Dinamarca	5,5	8,9	18,7	11	12
Alemanha	15,2	9,5	4,9	9,8	7
França	21,8	11,9	10,6	16,8	7
Média	7,8	7,3	9,2	8,1	
Nº Eleições	36	34	33		103

Fonte: Pedersen (1979).

ção de uma série de estudos comparativos extremamente importantes – e altamente significativos – desse novo período de investigações acerca dos sistemas partidários europeus (Crewe, 1980; Ersson e Lane, 1982; Irvine e Gold, 1980; Daalder e Mair, 1983; Sarlvik e Crewe, 1983; Dalton *et al.*, 1984; Flanagan e Dalton, 1984; Crewe e Denver, 1985).⁴ Isso porque os diversos pesquisadores convergiram para as mesmas conclusões fundamentadas no trabalho daquele autor, quais sejam,

[...] for a variety of reasons, voters become less committed to their parties, the voter is no longer cast on the basis of traditional loyalty, it is no longer a near-automatic response to stimulus of an election. This is reflected at the aggregate level where there is a marked decline in the strength of the relationship between social-structural variables and party support. The solidity with which different social groups give their support to one party or another begins to crumble (Denver, 1985, pp. 401-2).

Diante de tal diagnóstico, a literatura temática desenvolveu-se, então, em três frentes correlatas. Numa delas, realizaram-se vários estudos cujo teor investigativo residia na análise das novas organizações representativas da sociedade civil. Em outra, diversos autores procuraram as mais variadas evidências que pudessem demonstrar de forma cada vez mais conclusiva que os sistemas europeus estariam saindo, digamos assim, da inabalável “era glacial” e entrando vertiginosamente em um período de liquefação. Na terceira frente, surgiram várias análises em busca das variáveis explicativas dessa instabilidade.

Quanto às novas organizações, predominaram os estudos dos movimentos sociais como entidades alternativas para a representação política (Barnes e Kaase, 1979; Dalton *et*

al. 1984; Lawson e Merkl, 1988). No que se refere à demonstração da instabilidade, as análises tomaram como base empírica três tipos de evidências (Mair, 1990, 1997). A primeira delas foi o aumento na volatilidade eleitoral, indicando que os eleitores estariam mudando seus votos com maiores amplitude e frequência; a segunda, o surgimento e o crescimento de novos partidos, em detrimento do apoio eleitoral dos partidos tradicionais já consolidados há vários anos; e a terceira, o esmaecimento estrutural e a perda de legitimidade das organizações partidárias, em favor da proliferação e do fortalecimento de novas formas de representação e intermediação políticas.

Finalmente, quanto às explicações, é possível afirmar que elas convergiram para a aceitação de que a “causa” primordial da instabilidade sistêmica residiria no intenso processo de mudanças econômicas, sociais e culturais ao qual as nações européias estariam sendo submetidas desde o início dos anos de 1960, processo esse que teria conduzido aquelas sociedades a grandes transformações em sua estrutura de classes. Conseqüentemente, estaria ocorrendo também uma alteração radical no sistema de valores e crenças dos indivíduos (Inglehart, 1977, 1979, 1984, 1990), levando ao inevitável surgimento de novas clivagens (Kitschelt, 1994, 1995, 2000). Essas transformações teriam sido geradoras de uma significativa fragmentação dos grupos tradicionais, produzindo, por sua vez, desalinhamentos eleitorais (Crewe *et al.*, 1977; Crewe, 1980; Dalton *et al.*, 1984; Franklin, 1992). Em decorrência disso, as clivagens políticas até então consolidadas teriam perdido sua importância no que se refere ao desempenho dos partidos (Sarlvik e Crewe, 1983; Flanagan e Dalton, 1984; Dalton e Wattenberg, 2000).

Esses diagnósticos, baseados nesses tipos de evidências, contribuíram, então, para a

formação de um consenso de que a Europa estaria atravessando um período de grande transformação em sua esfera política, dando ensejo a uma era de incertezas, de inexistência de clivagens estáveis e de crise dos partidos enquanto organizações representativas (Crewe *et al.*, 1977; Wolinetz, 1979; Budge, 1982; Maguire, 1983; Pedersen, 1983; Dalton *et al.*, 1984; Crewe e Denver, 1985; Franklin *et al.*, 1992; Klingemann e Fuchs, 1995). Portanto, assim como ocorrera anteriormente, uma vez que a instabilidade estava empiricamente “demonstrada”, a tarefa seguinte consistiria em escarafunchar as variáveis explicativas do fenômeno.

Então, como é possível perceber, a literatura inverteu o sinal do sentido seguido pela anterior, passando agora a buscar sistematicamente as possíveis explicações para a instabilidade – e não mais para a estabilidade – encontrada nos sistemas partidários europeus a partir dos anos de 1960; ou seja, as causas desse descontrolado processo de “descongelamento” sistêmico. Na verdade, aos olhos de alguns autores (Bartolini e Mair, 1990; Mair, 1990, 1993, 1997), a preocupação quase obsessiva com essa questão tornava possível um paralelo com uma outra preocupação que a elite política europeia do século XIX nutria em relação à crescente organização da classe trabalhadora e à potencial instabilidade que esse movimento poderia trazer ao *status quo*. Em alusão provocativa ao clássico texto de Marx e Engels, Bartolini e Mair (1990, p. XVII) enfatizam esse aspecto salientando que

[...] spectres continue to haunt Europe. This time around, [observam,] it is the spectre of electoral instability [...]. [E, a julgar pela literatura, continuam os autores,] [...] we are living in an age of party breakdown, dealignment, and decay, [an age which] we are now finally witnessing a major transformation of traditional mass politics.

Contudo, em oposição à generalizada predominância dessa convicção no interior da comunidade acadêmica de política comparada durante os anos de 1980, Bartolini e Mair (1990) apresentaram, logo no início da década de 1990, um estudo no qual contestaram tal conclusão, afirmando, de maneira provocativa, que

[...] this spectre, like many others, has proved elusive, and when we actually looked for the empirical evidence of this mass electoral change, we found that it simply failed to materialise” (*ibidem*).

Com essa análise, eles contribuíram decisivamente para a revitalização da tese do “congelamento” das clivagens partidárias na Europa.

Desse modo, os anos de 1990 foram marcados pela “redescoberta” dos partidos como atores coletivos cruciais (Ström, 1990; Katz e Mair, 1994, 1995; Maor, 1997) e, conseqüentemente, pela reconsideração da importância dos sistemas partidários para o funcionamento da democracia (Mair, 1990, 1997). Em parte, devido à assim conhecida “terceira onda” democrática – tema gestado no interior da literatura da “transitologia” e da “consolidologia” (Schmitter, 1995) –, que reafirmou a importância dos elementos institucionais na dinâmica e na consolidação desse regime, incluindo-se aí as instituições representativas formais, como os partidos e os sistemas partidários, e a forma de governo (Linz, 1978, 1990, 1991; O’Donnell *et al.*, 1986; O’Donnell e Schmitter, 1986; Mainwaring *et al.*, 1992; Shugart e Carey, 1992; O’Donnell, 1994, 1996; Linz e Valenzuela, 1994; Linz e Stepan, 1996; Diamond, 1999). E também em decorrência dos trabalhos empíricos que rivalizaram com a literatura que se consolidou nos anos de 1980, assentada sobre a idéia de que os sistemas europeus estariam atravessando um período de intensas transformações estrutu-

rais e, em função disso, estariam se tornando cada vez mais voláteis.

A Retomada da Hipótese do “Congelamento” dos Sistemas Partidários Europeus

Como já mencionado, Bartolini e Mair (1990) representam o ponto mais importante de uma nova inflexão nos estudos dos sistemas partidários europeus. O trabalho deles abrangeu vários países da Europa Ocidental e cobriu cem anos de eleições naquela região, abrangendo o período entre 1885 e 1985. Nesse novo “teste crucial”, a estratégia adotada pelos autores foi tomar como ponto de partida uma crítica teórico-conceitual aos trabalhos anteriores que refutaram a hipótese de Lipset e Rokkan (1967), com base na medida da taxa das mudanças agregadas dos apoios partidários em eleições consecutivas (Pedersen, 1979, 1983; Shamir, 1984). Conforme veremos a seguir, essa crítica de teor mais teórico redundou em uma pequena, mas significativa, variação metodológica no índice de volatilidade eleitoral de Pedersen (1979, 1983). Segundo os autores, somente com essa variação é que seria possível testar de fato o que propunha a hipótese lipset-rokkaniana.

A crítica teórico-conceitual baseou-se em uma questão que sequer havia sido cogitada pelos analistas anteriores. Os autores se perguntaram se não seria possível ocorrer simultaneamente instabilidade eleitoral com estabilidade nas clivagens partidárias. Ou seja, se não seria possível encontrar uma elevação da volatilidade eleitoral sistêmica, de uma parte, e, de outra, e ao mesmo tempo, uma estabilidade nas votações dos partidos cujos lastros sociais estivessem enodados em determinadas clivagens. Isso porque, apesar de concordarem com a análise de Pedersen (1979, 1983) – que apontava que: (1) houve uma elevação significativa da volatilidade sistêmica; (2) a

volatilidade apresentava uma correlação positiva com o aumento no número de partidos em competição –, os autores divergiam da conclusão extraída de seus dados. Eles discordavam de que essa instabilidade associada à proliferação partidária pudesse ser entendida como uma evidência de que Lipset e Rokkan (1967) estivessem equivocados quanto à estabilidade das clivagens partidárias. De acordo com o raciocínio deles, a proliferação de partidos, evidentemente, trouxe consigo maior oscilação nas votações, em decorrência da mudança dos votos em face da maior variabilidade de alternativas à escolha do eleitor. Contudo, isso não significaria que os alinhamentos partidários, de acordo com determinadas clivagens sociais, estivessem perdendo seu poder explicativo no que se refere às preferências eleitorais.

Para enfatizar esse aspecto e para abrir um novo flanco analítico a ser explorado, Bartolini e Mair (1990) chamaram a atenção para o fato de que a hipótese do “congelamento” sistêmico propunha que haveria uma estabilidade eleitoral assentada nas clivagens sociais e nos partidos vinculados a tais clivagens. Sua hipótese não estabelecia, portanto, que as clivagens fossem vinculadas somente a determinados partidos tradicionais *stricto sensu*, isto é, que um partido A, por exemplo, fosse o representante necessário e suficiente da clivagem M, e que nenhum outro partido, suponhamos, B, pudesse vir a disputar votos com o partido A e a representar, simultaneamente, essa mesma clivagem M. Pelo contrário, o aumento da competição eleitoral, advinda da entrada de novos partidos no ambiente político, deveria levá-los a disputar votos com os partidos tradicionais, e a estratégia a ser adotada seria precisamente a de procurar representar “melhor” ou de maneira mais “eficiente” as clivagens sociais já estabelecidas.

Assim sendo, o aumento na gama de alternativas à disposição dos eleitores pode

Tabela 3
Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A e B

<i>Partidos</i>	<i>E1</i>	<i>E2</i>	<i>E3</i>	<i>E4</i>	<i>E5</i>	<i>E6</i>	<i>Média</i>
Partido A	45	46	45	44	46	46	45,4
Partido B	55	54	55	56	54	54	54,6
<i>Volatilidade Eleitoral</i>		1	1	1	2	0	1

realmente ter trazido um aumento na flutuação das votações em termos partidários, sem, contudo, significar que esses eleitores tivessem necessariamente mudado suas preferências estruturais em termos de clivagem social. Ou seja, os eleitores podem até ter mudado seus votos de uma eleição para outra, mas essa mudança poderia ter ocorrido entre partidos que representavam uma mesma clivagem. Isso, convenhamos, faz toda diferença. Uma coisa seria mudar o voto entre duas eleições, mudando, simultaneamente, não apenas de partido, mas de clivagem partidária. Outra coisa seria mudar o voto entre dois partidos que representam uma única e mesma clivagem.

Para elucidar melhor esse raciocínio, vale a pena esboçar um pequeno exemplo. Imaginemos um sistema com dois partidos, A e B. Suponhamos que suas votações se distribuam estavelmente, de determinada

maneira, ao longo de várias eleições [E] sucessivas [E1, E2, E3, E4... En]. Suponhamos também que esses partidos representem determinadas clivagens, que poderiam ser trabalhadores [partido A] e capitalistas [partido B]. Suponhamos tudo isso, tal qual ilustrado na Tabela 3.

Nessa simulação, é possível perceber que estaríamos diante de um sistema bipartidário e que, se os resultados eleitorais fossem estes que aparecem na tabela, poderíamos dizer que o sistema seria bastante estável, sendo que o sistema seria bastante estável, sendo estáveis, simultaneamente – e por efeito de redundância –, as preferências em termos partidários [partidos A e B] e as preferências em termos de clivagem [trabalhadores/capitalistas]. Entretanto, suponhamos, agora, que esse mesmo sistema venha a se tornar mais competitivo, passando a ser multipartidário, com, digamos, três partidos. Imaginemos que o novo partido [C] também

Tabela 4
Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A, B e C

<i>Partidos</i>	<i>E1</i>	<i>E2</i>	<i>E3</i>	<i>E4</i>	<i>E5</i>	<i>E6</i>	<i>Média</i>
Partido A	45	38	40	38	36	34	38,5
Partido B	55	52	48	48	48	50	50,2
Partido C		10	12	14	16	16	11,3
<i>Volatilidade Eleitoral</i>		5	4	2	2	2	3

seja vinculado aos trabalhadores, passando a disputar votos, portanto, no âmbito da mesma clivagem com o outro partido trabalhista já tradicional [A]. Essa dinâmica é ilustrada na Tabela 4.

Como é possível perceber, em uma situação tal qual a descrita na Tabela 4, haveria significativo aumento no índice de volatilidade eleitoral sistêmica [VES]. O partido C teria trazido maior competição ao cenário anterior, estável tanto em relação aos apoios partidários quanto em relação aos vínculos políticos das clivagens consideradas. As votações médias dos partidos A e B declinaram e a volatilidade do período reflete essa oscilação negativa, bem como a oscilação positiva do partido C, que, em função das mudanças nos votos já consolidados na antiga estrutura de competição, pôde crescer eleitoralmente e tornar-se um partido com uma votação média importante.

Porém, é possível conceber um cenário ainda mais competitivo. Suponhamos que nesse mesmo sistema partidário entre um quarto partido [D]. Suponhamos também que esse partido D procure vincular seu programa à clivagem dos capitalistas e, dessa forma, estabeleça uma competição direta com o tradicional representante desse estrato social, que, no caso, seria o partido B. O bom desempenho eleitoral desse novo partido [D], ou seja, sua viabilidade enquanto organização

de intermediação e de representação de interesses ou de determinados valores dependeria do grau potencial de desprendimento daqueles eleitores acostumados a votar no partido B. Em outras palavras, o partido D será bem-sucedido se e somente se houver ambiente eleitoral favorável à competição no interior da clivagem dos capitalistas, tal qual era o caso do partido C quando este entrou no sistema político procurando representar os eleitores da clivagem trabalhista e, conseqüentemente, disputando votos com o tradicional partido A.⁵ Essa situação é ilustrada na Tabela 5.

Nesse novo cenário hipotético, estaríamos diante de um sistema multipartidário com quatro partidos [A, B, C, D]: dois deles com grande peso eleitoral e dois com capital eleitoral significativo, porém, reduzido. Os dois maiores partidos seriam justamente os tradicionais A e B, representantes, respectivamente, das clivagens trabalho/capital. Os dois menores seriam os novos partidos C e D, contendores dos votos dos trabalhadores [C] e dos capitalistas [D]. Perceba que o dado mais imediato à observação é que a mera entrada dos dois novos partidos [C, D] no sistema provocou uma instabilidade sensivelmente elevada na segunda eleição [E2] e, embora a volatilidade eleitoral sistêmica tenha diminuído de forma considerável nas rodadas subseqüentes, em comparação com as Tabelas 3 e 4, de maneira geral, ocorreu importante aumento

Tabela 5
Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Partidos A, B, C e D

<i>Partidos</i>	<i>E1</i>	<i>E2</i>	<i>E3</i>	<i>E4</i>	<i>E5</i>	<i>E6</i>	<i>Média</i>
Partido A	45	38	38	36	32	30	36,5
Partido B	55	42	40	38	34	32	40
Partido C		10	10	12	16	18	11
Partido D		10	12	14	18	20	12,5
<i>Volatilidade Eleitoral</i>		20	2	4	8	4	7,6

no índice. Conseqüentemente, a média também se elevou bastante, atingindo 7,6 contra 1 ponto da primeira simulação e 3 pontos da segunda.

À primeira vista, somos levados, então, a concluir – embora precipitadamente – que esse sistema partidário imaginário estaria enfrentando um período de crise de representação, evidenciada pela desvinculação crescente das clivagens estruturais em relação aos partidos, resultando em uma elevação constante da volatilidade eleitoral sistêmica [VES]. A taxa de apoio aos partidos tradicionais sofre declínio, enquanto novas organizações, sem tradição e sem “enraizamento social”, conseguem expressivas votações. Não obstante, uma outra maneira de olhar o fenômeno poderia ressaltar que, em vez de crise sistêmica e de representação, essa dinâmica permite concluir apenas que o ambiente eleitoral estaria ficando mais competitivo e, como tal, permite acima de tudo concluir, tanto em termos teóricos, quanto em termos normativos, que o sistema estaria, *pari passu*, tornando-se mais democrático. Afinal, a condição para que os novos partidos [C, D] sejam bem-sucedidos é precisamente a ocorrência de algum grau substancial de instabilidade eleitoral sistêmica, vinculada, tal instabilidade, às flutuações dos votos antes distribuídos apenas entre os partidos tradicionais [A, B]. Ademais, outro ponto importante, embora ainda passível de teste empírico – que é no que consiste a proposta analítica de Bartolini e Mair (1990) –, é que essa volatilidade eleitoral encontrada não significaria necessariamente estar ocorrendo um processo de ruptura nas representações partidárias baseadas em clivagens sociais.

Para dirimir de maneira mais precisa essa querela, os autores sugeriram uma pequena variação no índice de volatilidade eleitoral. Essa variação leva em consideração

um elemento óbvio, porém, desconsiderado pelos analistas até aquele momento, qual seja, o fato de que os partidos europeus não seriam unidades organizacionais isoladas ou estanques, sem quaisquer proximidades com outros partidos. Pelo contrário, segundo eles, e conforme sugerem outros analistas (Ware, 1996; Colomer, 1996; Siaroff, 2000; Gallagher *et al.*, 2001), os sistemas daquela região podem ser enquadrados em determinadas “famílias” partidárias, cuja proximidade programática ou ideológica possibilitaria sua agregação em blocos partidários, tanto internacional como nacionalmente. Esses blocos nacionais, sim, deveriam, em termos agregados, corresponder à representação de dadas clivagens sociais – religiosas, classistas, étnicas, ideológicas etc.

Com base nessa nova perspectiva é que os autores propuseram a variante no cálculo da volatilidade eleitoral. Para tanto, tomaram como ponto de partida a lógica inicial da formulação do índice, qual seja, a de que ele corresponderia à somatória das variações nas votações dos partidos em duas eleições sucessivas, tendo 2 como divisor, tal qual indicado abaixo, em que *VT* é a volatilidade total ou sistêmica e *PV* corresponde às diferenças nas votações entre duas eleições dos partidos *A*, *B*, *C* e *D*, podendo o número de competidores, obviamente, variar até *n* partidos; sendo $0 \leq VES \leq 100$.

$$VT = |PVA| + |PVB| + |PVC| + |PVD| \\ \dots + |PVn| / 2$$

Tomando-se, portanto, a formalização algébrica original do índice de volatilidade eleitoral proposto por Pedersen (1979), tal que *Pit* seja o partido *i* no tempo *t*, *Pi(t + 1)* seja o mesmo partido *i* no tempo *t + 1*, ou *t2*, e *VES* seja a volatilidade eleitoral sistêmica, sendo $0 \leq VES \leq 100$; temos, finalmente, que:

$$VES = \sum_{i=1}^n |Pit - Pi(t+1)| / 2$$

Esse procedimento algorítmico, no entanto, desconsidera justamente a existência das famílias partidárias, ou seja, de partidos que representam uma mesma clivagem e que competem pelos eleitores a ela vinculados, uma vez que a unidade básica do cálculo sistêmico é cada partido individualmente. Desse modo, a competição entre dois partidos pelos votos de eleitores de uma determinada clivagem, com a conseqüente oscilação em suas votações em decorrência dessa contenda, indicaria uma instabilidade total que falsamente seria identificada como instabilidade na representação das clivagens.

Para evitar essa limitação metodológica, Bartolini e Mair (1990) sugeriram uma solução bastante simples: que se considerassem todos os partidos de uma mesma família como se fossem, na verdade, um único partido. Assim, eles formariam um bloco partidário, cujo desempenho eleitoral deveria ser mensurado de maneira conjunta, conforme indicado na fórmula a seguir, em que *VEBP* é a volatilidade eleitoral entre os blocos partidários, *BP* corresponde aos blocos partidários *A/C* [*BP1*] e *B/D* [*BP2*], *V* é a volatilidade de cada partido [*A*, *B*, *C*, *D*] de cada bloco; sendo $0 \leq VB \leq 100$.

$$VEBP = |BP1(AV + CV) + BP2(BV + DV)| / 2$$

Formalizando de outra maneira, chegamos finalmente à expressão algébrica do índice de volatilidade eleitoral entre blocos partidários [*VEBP*] adotado pelos autores, em que *BPt* é a votação do bloco partidário *BP* no tempo *t* e *BP(t+1)* é a votação do bloco partidário *BP* no tempo *t+1* ou *t2*, sendo $0 \leq VEBP \leq 100$.

$$VEBP = \sum_{BP=1}^n |PBt - PB(t+1)| / 2$$

Com isso, a mensuração é sensível apenas às oscilações resultantes da mudança de votos entre os blocos e, como esses blocos seriam os representantes mais fiéis e abrangentes das preferências conectadas às clivagens, teríamos, assim, o algoritmo mais indicado para o índice, cujo propósito seria o teste empírico do grau de estabilidade ou do nível de "congelamento" dos sistemas europeus em termos de vínculo entre representação partidária e estruturas sociais. Nos exemplos explorados nas Tabelas 3, 4 e 5, as clivagens representadas pelos partidos são trabalho/capital, mas poderiam ser liberais/socialistas, ou progressistas/conservadores, ou ainda católicos/protestantes. De modo semelhante, poderia tratar-se de uma estrutura de clivagens dividida em termos ideológicos, ou seja, composta por eleitores e partidos de direita, de centro e de esquerda.

Também no caso dos exemplos considerados, a multiplicação de partidos trouxe mais competição e, desse modo, provocou aumento na volatilidade eleitoral sistêmica, como mostrado na Tabela 4, especialmente porque o cálculo tomou como base a variação nas votações de cada uma das unidades partidárias. E foi exatamente esse o procedimento adotado por Pedersen (1979, 1983). Mas, o que será que aconteceria se considerássemos que os mesmos partidos A, B, C e D poderiam ser agrupados em famílias ou blocos correspondentes à estrutura de competição delineada em torno da dicotomia trabalhadores/capitalistas e que, desse modo, sua volatilidade pudesse ser calculada como indicado logo acima? Conforme ilustra a Tabela 6, a mesma simulação com essa nova perspectiva apresenta resultados opostos ao da tabela anterior.

Tabela 6
Simulação das Votações (%) e da Volatilidade Eleitoral dos Blocos Partidários

Blocos/Partidos	E1	E2	E3	E4	E5	E6	Média
Bloco Trabalhista (Partidos A e C)	45	48	48	48	48	48	47,5
Bloco Capitalista (Partidos B e D)	55	52	52	52	52	52	52,5
<i>Volatilidade Eleitoral entre os Blocos</i>		3	0	0	0	0	0,6

O que temos aqui é um rearranjo completo nos dados que, até então, indicavam um processo de aumento da instabilidade eleitoral. Encontramos agora uma monótona estabilidade nos apoios eleitorais aos blocos partidários. A entrada dos dois novos partidos [C, D] em E2 trouxe alguma volatilidade, mas, depois, o sistema apresentou uma dinâmica cuja estabilidade foi total, atingindo uma volatilidade média de 0,6 ponto contra a média de 7,6 da volatilidade sistêmica [ver Tabela 5].

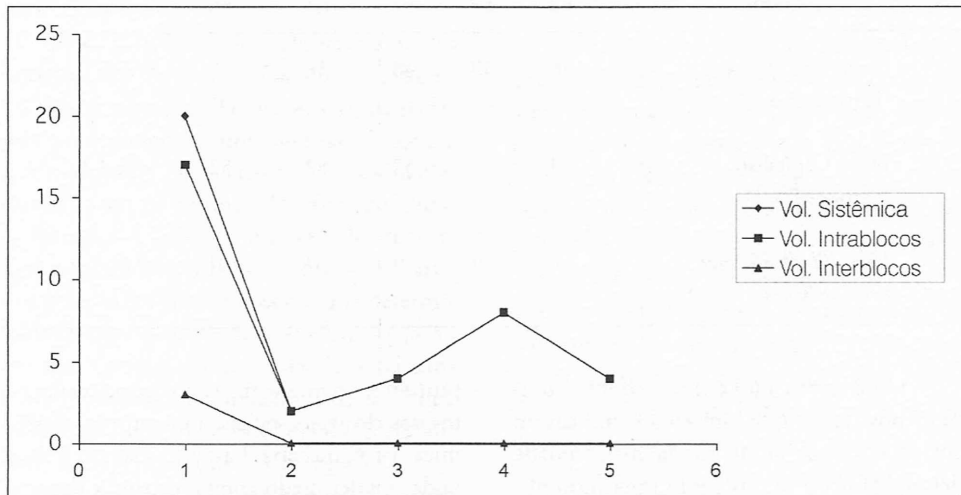
Evidentemente, o exemplo é extremado, mas segue o intuito de demarcar as diferenças nos resultados e nas conclusões quando são consideradas essas duas mensurações. Dessa perspectiva, a dedução lógica a ser extraída desses dados induz à conclusão de que o aumento da volatilidade eleitoral total ou sistêmica, nesse caso, está associada ao aumento do portfólio partidário à escolha dos eleitores pertencentes à mesma clivagem, ou seja, ao aumento da competição eleitoral – e não à desintegração do sistema. Os novos partidos entraram nesse “mercado” procurando competir pelos eleitores ligados às clivagens já existentes [trabalho/capital] e a instabilidade sistêmica, de certa forma, reflete essa competição. Contudo, na simulação

proposta, no que se refere aos posicionamentos das clivagens sociais, a estruturação sistêmica permaneceria bastante estável e isso pode ser detectado somente com a decomposição analítica do índice, ou seja, considerando suas partes constituintes.

Logicamente, a volatilidade eleitoral sistêmica é composta por dois subníveis, correspondentes ao fluxo da migração de votos, quais sejam: (1) pela mudança de votos entre partidos de um mesmo bloco; e (2) pela mudança de votos entre partidos de blocos diferentes ou, mais claramente, entre blocos partidários diferentes. Assim sendo, dado que a volatilidade eleitoral sistêmica [VES] é igual à somatória da volatilidade eleitoral entre os blocos partidários [VEBP] e a volatilidade eleitoral dentro de cada bloco partidário [VEiBP], temos que, inversamente, $VEBP = VES - VEiBP$. No gráfico abaixo (Figura 1), são apresentados os dados simulados obtidos por esse procedimento aritmético, com base nessa decomposição analítica.

Como pode ser percebido, as curvas da volatilidade sistêmica e da volatilidade intra-blocos caminham de maneira conjunta entre E1 e E2, quando se sobrepõem, perfazendo um curso idêntico até E5. Essa evolução, portanto, indica que a instabilidade sistêmica se

Figura 1
 Simulação da Evolução da Volatilidade Eleitoral Sistemática,
 Intrabloco e Interbloco dos Partidos A, B, C e D



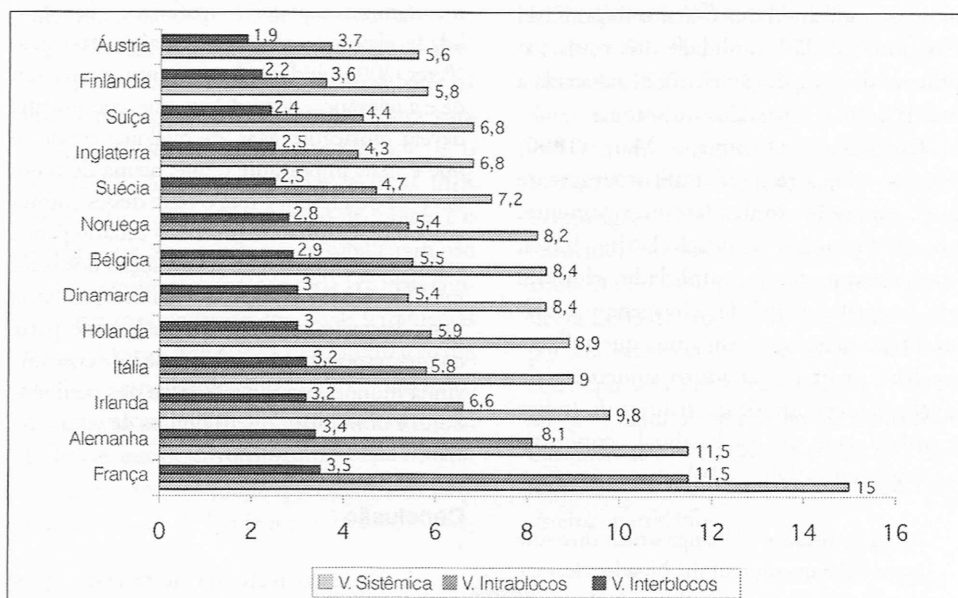
deve às mudanças de voto no interior de uma mesma família partidária, ou seja, às diferenças marginais nas preferências de eleitores de um mesmo setor social que, apesar de mudarem seus votos de um partido para outro, fizeram-no entre partidos da mesma clivagem. É óbvio também que não é necessário que a entrada de novos partidos produza volatilidade, mas, no caso de produzi-la, a explicação residiria, então, no incremento da competição, e isso, por si só, não significaria necessariamente instabilidade da estrutura de preferências ou mesmo crise do sistema.⁶ Para que a volatilidade total ou sistêmica pudesse ser um indicador da desestruturação geral do sistema partidário, seria necessário que fosse observada simultaneamente uma elevação no índice de volatilidade eleitoral entre os blocos de partidos.

Baseados nesse raciocínio, Bartolini e Mair (1990) analisaram um largo período histórico de eleições na Europa Ocidental e corroboraram a hipótese concorrente de que haveria uma elevação no índice de volatilidade eleitoral total a partir dos anos de

1970, bem como se mostrava elevada a média do período. Porém, contrariamente a essa dinâmica, a evolução da volatilidade eleitoral entre clivagens ou interblocos partidários mostrou-se, na média, bastante reduzida, o que indicava que aqueles sistemas, em termos de representação de clivagens sociais, permaneciam bastante estáveis. Ou seja, os autores encontraram justamente a coexistência de uma volatilidade sistêmica ligeiramente elevada com uma volatilidade em termos de clivagens sociais consideravelmente baixa, como pode ser evidenciado pela comparação entre as componentes do índice nos países analisados em seu estudo e adaptados na Figura 2.

A comparação dos níveis do índice mostra a distância entre eles, permitindo perceber que a França, por exemplo, embora apresente a maior volatilidade sistêmica registrada no período [15], no que se refere à volatilidade entre blocos partidários [3,5], apresenta números quase idênticos aos da

Figura 2
Médias das Volatilidades Eleitorais Sistêmicas,
Intrabloco e Interbloco Partidários na Europa (1885-1985)



Fonte: Bartolini e Mair (1990), appendix 2.

Dinamarca [3] e não muito distantes daqueles da Finlândia [2,2] e da Áustria [1,9], países com os menores índices de volatilidade nas duas dimensões consideradas. Essa distância entre a volatilidade sistêmica e a volatilidade entre clivagens pode ser tomada como a medida do nível de oscilação nas votações entre partidos de uma mesma família ou de um mesmo bloco e, naturalmente, mede a volatilidade eleitoral dentro dos blocos partidários. Quando esse terceiro índice excede a volatilidade entre blocos – aquela que mensura a taxa agregada da migração dos votos entre clivagens diferentes –, temos a indicação de que a volatilidade sistêmica ou total é inflada, digamos assim, pela troca de votos entre partidos que correspondem a um mesmo alinhamento social, como parece mesmo ser o caso dos países europeus anali-

sados. Em todos eles, a volatilidade entre partidos do mesmo bloco é bastante superior à volatilidade entre partidos de blocos ou clivagens diferentes, sendo ela, portanto, a maior responsável pela volatilidade total.

Assim sendo, a comparação das componentes do índice de volatilidade sistêmica evidencia três fatos importantes. Primeiramente, a instabilidade das preferências eleitorais baseadas na relação entre clivagens e representação política é baixa e estável. Em segundo lugar, a elevada média de instabilidade eleitoral sistêmica nos países europeus se deve substancialmente às mudanças de votos entre partidos que pertencem a uma mesma família. Em terceiro lugar, a coexistência de volatilidades sistêmica e intrabloco partidários elevadas com volatilidade interbloco partidários reduzida indica que a ins-

tabilidade encontrada se deve à competição entre partidos de uma mesma família que disputam votos de eleitores de uma mesma clivagem, indicando que o maior responsável pelo aumento da volatilidade dos votos é o aumento da competição eleitoral, associada à entrada de novos partidos no sistema.

Com isso, Bartolini e Mair (1990) foram levados a responder afirmativamente àquela questão indicada anteriormente, apontando que era possível sim haver, simultaneamente, instabilidade eleitoral com “congelamento” das clivagens partidárias. Os autores sugeriram ainda que a detecção desse aparente paradoxo somente seria viável pela decomposição analítica do índice de volatilidade eleitoral; afinal, conforme assevera Mair (1990, p. 14),

[...] any measure of change which therefore ignores the question of the broader cleavage alignment, cannot distinguish between intra-bloc change, on the one hand, and inter-bloc change, on the other.

Ou seja, uma medida que tenha como base de cálculo apenas a unidade partidária seria, obviamente, inadequada para testar o verdadeiro teor da proposição lipset-rokkaniana. E mais, com tal procedimento, a hipótese do “congelamento” das clivagens partidárias estaria novamente confirmada.

Evidentemente, a polêmica acerca dessa temática ainda está longe de ser encerrada, na medida em que, em oposição às conclusões apresentadas por Bartolini e Mair (1990) e Mair (1997), diversos analistas (Richardson, 1991; Broughton e Donavan, 1999; Dalton e Wattenberg, 2000; Drummond, 2002) continuam à cata de dados que possam sustentar o contrário, ou seja, que há sim um aumento crescente na instabilidade dos sistemas europeus desde o final dos anos de 1960. Além disso, apesar da análise de Bartolini e Mair

(1990) ter demonstrado que não há tal instabilidade, nem nos anos de 1970, nem nos anos de 1980, os dados das eleições mais recentes mostram um expressivo crescimento da volatilidade eleitoral em diversos países da região (Peres, 2005), indicando, portanto, a atualidade e a relevância desse debate que, certamente, deverá prosseguir. Mas, de qualquer modo, o que é mais importante e que, acima de tudo, deve ser destacado, é que o teste desses autores acabou descortinando um novo cenário para a análise e a compreensão da evolução dos sistemas partidários europeus, cuja consequência mais direta foi a dissipação de grande parte daquele espectro de instabilidade e de crise que vinha monopolizando a atenção dos pesquisadores e obnubilando seus pontos de vista.

Conclusão

A discussão realizada neste texto apresentou um panorama teórico do problema da instabilidade eleitoral tal qual este foi pensado por um conjunto de pesquisadores europeus, cujas lentes de análise foram voltadas justamente aos sistemas partidários daquela região. Como pudemos perceber, houve um intenso debate teórico e exaustivos confrontos empíricos ao redor da tese lipset-rokkaniana acerca da cristalização das clivagens partidárias. Esta foi defendida, criticada, refutada, revalidada, reconstruída, remendada, desprezada, venerada, entre tantas outras abordagens.

Seja como for, essa tese sempre foi, e ainda o é, o ponto de partida privilegiado nas análises correntes dos sistemas partidários europeus. Isso porque as proposições contidas no estudo de Lipset e Rokkan (1967) tocaram no tendão de Aquiles da dinâmica democrática europeia do século XX, que é a organização da política de massas em um contexto representativo, no qual os partidos aparecem como atores políticos centrais e no

qual a competição eleitoral cumpre uma função essencial no funcionamento estável – e esta é a palavra chave – de todo o arcabouço constitucional daqueles diversos países.

Ademais, juntamente à importância propriamente teórica e empírica desse debate, há um efeito residual extremamente relevante para as análises de política comparada, que é o desenvolvimento de operações técnicas mais sofisticadas, como a formulação de índices e o refinamento conceitual, que possibilitaram não apenas a realização de testes cada vez mais consistentes, mas também a criação de ferramentas metodológicas, propiciando a padronização das análises e a realização de estudos comparativos que transcenderam o contexto europeu. Inclusive, esse desenvolvimento teórico e metodológico vem permitindo que analistas de política comparada desloquem suas lentes de inves-

tigação para as democracias recentes em busca do mesmo fenômeno, como no caso dos países do antigo bloco socialista europeu (Kitschelt, 1992; Evans e Whitefield, 1993; Pridham e Lewis, 1996; Simon, 1997; Ishyama, 1997; Bielasiak, 1997, 2001, 2003; Olson, 1998; Shvetsova, 1999; Kitschelt *et al.*, 1999; Birch, 2001) e da América Latina (Mainwaring, 1995, 1998, 1999; Mainwaring e Scully, 1995; Coppedge, 1995, 1998; Lima Jr., 1997; Nicolau, 1998; Roberts e Wibbels, 1999; Peres, 2000, 2002, 2005; Torcal e Mainwaring, 2002; Braga, 2003; Kinzo, 2005). Esse deslocamento, por sua vez, evidencia que as potencialidades desse tipo de análise são consideráveis para pensar a dinâmica dessas novas democracias, incluindo-se a brasileira, do ponto de vista da formação, da evolução e da instabilidade dos sistemas partidários.

Notas

- 1 Ou seja, a idéia geral que subsidia a proposição de Kirchheimer (1966) é a de que qualquer competição acabaria se submetendo às leis de mercado, cujo imperativo é a maximização de objetivos, seja lucro, seja apoio eleitoral. O quanto o autor teria se inspirado ou não nos trabalhos clássicos de Downs (1951) ou, mais diretamente, de Schumpeter (1942), não é explicitado em sua discussão, mas, como é possível notar, essa é uma possibilidade considerável, dado que parece tratar-se de uma posição normativamente negativa acerca dos efeitos centrípetos em direção ao eleitor mediano, induzidos pela lógica da competição espacial ou de mercado, sugeridos pelo primeiro, e de conceber os partidos como empresas disputando mercado, como sugerido pelo segundo.
- 2 A formulação do índice de volatilidade eleitoral de Pedersen (1979, 1983) corresponde à evolução analítica de uma mensuração advinda da estatística (Hawkes, 1969; Miller, 1972) que foi transposta à política comparada. Sua lógica e sua operação são semelhantes àquelas propostas por Rose e Urwin (1970), Przeworski (1975) e Ascher e Tarrow (1975). Para uma exposição didática de sua formalização e de sua aplicação, veja Nicolau (1997); para uma discussão teórica do índice, veja Bartolini e Mair (1990), Giusti Tavares (1997) e Peres (2000); para uma discussão epistemológica, veja Peres (2005); para uma discussão dos desdobramentos recentes e de propostas alternativas para a medida, veja Clarke e Lebo (2000) e Preuhs e Maestas (2000).
- 3 Para maiores detalhes sobre a medida específica adotada por Rose e Urwin (1970) e sua adoção na análise de dados mais recentes, veja Drummond (2002).

- 4 É importante salientar que, embora esse diagnóstico sobre os sistemas europeus em meados dos anos de 1970 tenha influenciado uma série de estudos igualmente importantes acerca do sistema partidário norte-americano, a literatura dedicada a analisar a instabilidade eleitoral e as mudanças no apoio partidário agregado naquele país desenvolveu-se anteriormente. A questão central, nesse caso, era o realinhamento daquele sistema bipartidário. Trabalhos exemplares sobre isso são os de Key (1955); Campbell *et al.* (1960); Campbell (1960, 1977); Converse (1966, 1969, 1972), Burnham (1970, 1975); Ladd e Hadley (1975); Nie *et al.* (1976); Beck (1977); Clubb *et al.* (1980); Croty e Jacobson (1980); Fiorina (1981); Norpoth e Rusk (1982); Claggett, *et al.* (1984); Flanigan e Zingale (1985).
- 5 Evidentemente, esses dois novos partidos deverão apresentar algumas diferenças marginais em relação aos tradicionais, de forma a atrair eleitores da mesma clivagem que possuam diferenças marginais em suas preferências ou, mais propriamente, uma ordenação ligeiramente diferenciada em sua estrutura de preferências.
- 6 Deve ser observado ainda que em um sistema eleitoral com representação proporcional, esse efeito da competição pode estar associado aos seus incentivos à manifestação da primeira alternativa da estrutura de preferências dos eleitores, diminuindo, assim, os efeitos mecânicos e psicológicos sugeridos por Duverger (1951); efeitos estes que poderiam ainda, dadas certas circunstâncias, levar à coordenação dos eleitores e à conseqüente diminuição no número de competidores, conforme indicado por Cox (1997). Agregue-se a isso mais um fator importante, qual seja, em um sistema partidário recente – como é o caso brasileiro –, os eleitores podem estar ainda em processo de estruturação de suas preferências.

Bibliografia

- ASCHER, W. & TARROW, S. (1975), "The stability of communist electorates: evidence from a longitudinal analysis of French and Italian aggregate data". *American Journal of Political Science*, 10.
- BARNES, Samuel & KAASE, Max (eds.). (1979), *Political action*. Beverly Hills, Sage.
- BARTOLINI, Stefano & MAIR, Peter. (1990), *Identity, competition, and electoral availability: the stabilization of European electorates (1885-1985)*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BECK, Paul Allen. (1977), "A socialization theory of partisan realignment", in R. Niemi (ed.), *The politics of future citizens*, California, Jossey-Bass.
- BIELASIAK, Jack. (1997), "Substance and process in the development of party systems in East Central Europe". *Communist and Post-Communist Studies*, 30 (1).
- _____. (2001), "The institutionalization of party systems in emerging democracies". *American Political Science Association, Annual Meeting, San Francisco Convention, APSA Proceedings*.

- _____. (2003), "Party system competitiveness in emerging democracies: post-communism in comparative perspective". *American Political Science Association, Annual Meeting, Philadelphia Convention, APSA Proceedings*.
- BIRCH, Sarah. (2001), "Electoral systems and party system stability in post-communist Europe". *American Political Science Association, Annual Meeting, San Francisco Convention, APSA Proceedings*.
- BRAGA, Maria do Socorro (2003). *O processo partidário-brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. Tese de Doutorado. São Paulo, DCP/USP, (mimeo).
- BROUGHTON, David & DONAVAN, Mark. (1999), *Changing party system in Western Europe*. London, Pinter.
- BUDGE, Ian. (1982), "Electoral volatility: issue effects and basic change in 23 post-war democracies". *Electoral Studies*, 1.
- BUDGE, I. *et al.* (1976), *Party identification and beyond*. London, John Wiley and Sons.
- BURNHAM, W. (1970), *Critical elections and the mainsprings of American parties*. New York, W. W. Norton.
- _____. (1975), "American politics in the 1970's: beyond party?" in W. Chambers & W. Burnham (eds.), *The American party systems*, New York, Oxford University Press.
- BUTLER, D. & STOKES, D. (1975). *Political change in Britain*. London, McMillan.
- CAMPBELL, B. (1960), "Surge and decline: a study in electoral change". *Public Opinion Quarterly*, 24.
- _____. (1977), "Patterns of change in the partisan loyalties in the native southerners: 1952-1972". *Journal of Politics*, 39.
- CAMPBELL, Angus *et al.* (1960), *The American voter*. New York, John Wiley and Sons.
- CLAGGETT, William *et al.* (1984), "Nationalization of the American electorate". *American Political Science Review*, 78.
- CLARKE, H. & LEBOWITZ, M. (2000), "Modeling memory and volatility: recent advances in the analysis of political time series". *Electoral Studies*, 9.
- CLUBB, J. M. *et al.* (1980), *Partisan realignment: voters, parties and government in American history*. Beverly Hills/London, Sage.
- COLOMER, Josep. (1996), *Political institutions in Europe*. London, Routledge.
- CONVERSE, Philip. (1966), "On the possibility of major political realignment in the South", in A. Campbell (ed.), *Elections and the political order*, New York, John Wiley and Sons.
- _____. (1969). "Of time and partisan stability". *Comparative Political Studies*, 2.
- _____. (1972). "Change in the American electorate", in A. Campbell & P. Converse (eds.), *The human meaning of social change*, New York, Russel Sage Foundation.

- COPPEDGE, Michael. (1995), "Freezing in the tropics: explaining party-system volatility in Latin America", University of Notre Dame, mimeo.
- _____. (1998), "The dynamic diversity of Latin American party systems". *Party Politics*, 4 (4).
- COX, Gary. (1997), *Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CREWE, Ivor. (1980), "Prospects of partisan realignment: an Anglo-American comparison". *Comparative Politics*, 12.
- _____. (1985), "Electoral change in western democracies: a framework for analysis", in I. Crewe & D. Denver (eds.), *Electoral change in western democracies: patterns and sources of volatility*, London, Croom Helm.
- CREWE, I. *et al.* (1977), "Partisan dealignment in Britain (1964-1974)". *British Journal of Political Research*, 7.
- CREWE, Ivor & DENVER, David (eds.). (1985), *Electoral change in western democracies: patterns and sources of volatility*. London, Croom Helm.
- CROTY, W. & JACOBSON, G. (1980), *American parties in decline*. Boston/Toronto, Little/Brown.
- DAALDER, Hans. (1966), "Parties, elites and political developments in Western Europe", in J. Lapalombara & W. Myron (eds.), *Political parties and political development*, New Jersey, Princeton.
- DAALDER, Hans & MAIR, Peter (eds.). (1983), *Western European party systems: continuity and change*. London, Sage.
- DALTON, Russel & WATTENBERG, Martin (eds.). (2000), *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford, Oxford University Press.
- DALTON, Russel *et al.* (eds.). (1984), *Electoral change in advanced industrial democracies: realignment or dealignment*. Princeton, Princeton University Press.
- DENVER, David. (1985), "Conclusion", in I. Crewe & D. Denver (eds.), *Electoral change in western democracies: patterns and sources of volatility*, London, Croom Helm.
- DIAMOND, Larry. (1999), *Developing democracy toward consolidation*. Baltimore, Johns Hopkins.
- DITTRICH, Karl. (1983), "Testing the catch-all thesis: some difficulties and possibilities", in H. Daalder & P. Mair (eds.), *Western European party systems: continuity and change*, London, Sage.
- DOWNS, Anthony. (1951), *An economic theory of democracy*. New York, Harper and Row.
- DRUMMOND, Andrew. (2002), "Electoral volatility and party decline in Western Europe (1970-1995)". *Midwest Political Science Association Meeting*, Chicago, Illinois.
- DUVERGER, Maurice. (1951), *Les partis politiques*. Paris, Librairie Armand Colin.

- EPSTEIN, Leon. (1967), *Political parties in western democracies*. New Brunswick, Transaction Books.
- ERSSON, S. & LANE, J-E. (1982), "Democratic party systems in Europe: dimensions, changes and stability". *Scandinavian Political Studies*, 5 (new series).
- EVANS, Geoffrey & WHITEFIELD, Stephen. (1993), "Identifying the bases of party competition in Eastern Europe". *British Journal of Political Science*, 23 (4).
- FIORINA, Morris. (1981), *Retrospective voting in American national elections*. New Haven, Yale University Press.
- FLANAGAN, Scott & DALTON, Russel. (1984), "Parties under stress: realignment and dealignment in advanced industrial societies". *West European Politics*, 7 (1).
- FLANIGAN, Scott & ZINGALE, Nancy. (1985), "United States", in I. Crewe & D. Denver (eds.), *Electoral change in western democracies*. London, Croom Helm.
- FRANKLIN, Mark. (1992), "The decline of cleavage politics", in M. Franklin *et al.*, *Electoral change: responses to evolving social and attitudinal structures in western countries*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FRANKLIN, Mark *et al.* (eds.). (1992), *Electoral change: responses to evolving social and attitudinal structures in western countries*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FUCHS, Dieter & KLINGEMANN, Hans-Dieter (1990). "The left-right schema", in K. Jennings & J. Van Deth (eds.), *Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies*, Berlin, Walter de Gruyter.
- GALLAGHER, Michael *et al.* (2001), *Representative government in modern Europe*. London, McGraw Hill.
- GIUSTI TAVARES, José Antônio. (1997), "Rio Grande do Sul: o sistema partidário eleitoral e parlamentar", in O. B. de Lima Jr. (org.), *O sistema partidário brasileiro*, Rio de Janeiro, FGV.
- HAWKES, A. (1969), "An approach to the analysis of electoral swing". *Journal of the Royal Statistical Society*, 132 (1).
- INGLEHART, Ronald. (1977), *The silent revolution: changing values and political styles among western publics*. Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1979), "The impact of values, cognitive level and social background", in S. Barnes & M. Kaase, (eds.), *Political action*. Beverly Hills, Sage.
- _____. (1984), "The changing structure of political cleavages in western society", in R. Dalton *et al.* (eds.), *Electoral change in advanced industrial democracies: realignment or dealignment?* Princeton, Princeton University Press.
- _____. (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press.

- INGLEHART, Ronald & KLINGEMANN, Hans-Dieter. (1976), "Party identification, ideological preference and the left-right dimension among western mass public", in I. Budge *et al.* (eds.), *Party identification and beyond*. London, John Wiley and Sons.
- IRVINE, W. & GOLD, H. (1980), "Do frozen cleavages ever go stale?". *British Journal of Political Science*, 10.
- ISHYAMA, John. (1997), "Transitional electoral systems in post-communist Eastern Europe". *Political Science Quarterly*, 112 (1).
- KATZ, Richard & MAIR, Peter. (1994), *How parties organize: change and adaptation in party organizations in western democracies*. London, Sage Publications.
- _____. (1995), "Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, 1 (1).
- KEY, V. (1955), "A theory of critical elections". *Journal of Politics*, 17.
- KLINGEMANN, Hans-Dieter & FUCHS, Dieter. (1995), "The left-right schema", in J. Kent (ed.), *Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies*, Berlin, Walter Gruyter.
- KINZO, Maria D'Álva. (2005), "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (57).
- KIRCHHEIMER, Otto. (1966), "The transformation of the Western European party systems", in J. Lapalombara & M. Weiner (eds.), *Political parties and political development*, Princeton, Princeton University Press.
- KITSCHOLT, Herbert. (1992), "The formation of party systems in East Central Europe". *Politics and Society*, 20 (1).
- _____. (1994), *The transformation of European social democracy*. New York, Cambridge University Press.
- _____. (1995), "Formation of party cleavages in post-communist democracies: theoretical proposition". *Party Politics*, 14.
- _____. (2000), "Linkages between citizens and politicians in democratic polities". *Comparative Political Studies*, 33 (6-7).
- KITSCHOLT, Hebert & HELLEMANS, Staf. (1990), "The left-right semantics and the new politics cleavage". *Comparative Political Studies*, 23.
- KITSCHOLT, H. *et al.* (1999), *Post-communist party systems: competition, representation and inter-party cooperation*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KNUTSEN, Oddbjorn. (1995), "Value orientations, political conflicts and left-right identification: a comparative study". *European Journal of Political Research*, 28.
- _____. (1997), "The partisan and value based component of the left-right self-placement: comparative study". *International Political Science Review*, 18 (2).

- _____. (1998), "Experts judgments of the left-right location of political parties: a comparative longitudinal study". *West European Politics*, 21.
- LADD, E. & HADLEY, C. (1975), *Transformations of the American system*. New York, W.W. Norton and Co.
- LAWSON, Kay & MERKL, Peter (eds.). (1988), *When parties fail: emerging alternative organizations*. Princeton, Princeton Universities Press.
- LIMA JR., Olavo Brasil de. (1997), *O sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV.
- LINZ, Juan. (1978), *The breakdown of democratic regimes: crisis, breakdown and reequilibrium*. Baltimore, John Hopkins.
- _____. (1990), "The perils of presidentialism". *Journal of Democracy*, 1 (1).
- _____. (1991), "Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença?", in B. Lamounier (org.), *A opção parlamentarista*, São Paulo, Sumaré.
- LINZ, Juan & VALENZUELA, Arturo. (1994), *The failure of presidential democracy*. Baltimore, John Hopkins.
- LINZ, Juan & STEPAN, Alfred. (1996), *Problems of democratic transition and consolidation*. Baltimore, John Hopkins.
- LIPSET, Seymour Martin & ROKKAN, Stein. (1967), "Cleavage structures, party systems and voter alignment: an introduction", in _____. (eds.), *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*, New York, Free Press.
- LIPSON, Leslie. (1966), *Civilização democrática*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MAGUIRE, M. (1983), "Is there still persistence? Electoral change in Western Europe, 1948-1978", in H. Daalder & P. Mair (eds.), *Western Europeans party systems: continuity and change*. Beverly Hills/London, Sage.
- MAINWARING, Scott. (1995), "Brazil: weak parties, feckless democracy?", in S. Mainwaring & T. Scully (eds.), *Building democratic institutions: parties and party systems in Latin America*, Stanford, Stanford University Press.
- _____. (1998), "Electoral volatility in Brazil". *Party Politics*, 4 (4).
- _____. (1999), *Party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, Stanford University Press.
- MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy. (1995), *Building democratic institutions: party systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.
- MAINWARING, Scott et al. (eds.). (1992), *Issues in democratic consolidation: the new South American democracies in comparative perspectives*. Notre Dame, University of Notre Dame Press.
- MAIR, Peter. (1990), "Political parties and the stabilization of party systems", in _____. (ed.), *The West European party systems*, Oxford, Oxford University Press.

- _____. (1993), "Myths of electoral change and the survival of traditional parties". *European Journal of Political Research*, 24 (1).
- _____. (1997), *Party system change: approaches and interpretations*. Oxford, Oxford University Press.
- MAOR, Moshe. (1997), *Political parties and party systems: comparative approaches and the British experience*. London, Routledge.
- MICHELS, Robert. (1974), *Os partidos políticos*. São Paulo, Senzala.
- MILLER, A. et al. (2000), "Emerging party systems in post-Soviet societies: fact or fiction?". *Journal of Politics*, 62 (2).
- MILLER, W. (1972), "Measures of electoral change using aggregate data". *Journal of the Royal Statistical Society*, 135 (1).
- NICOLAU, Jairo. (1997), "Notas sobre os quatro índices mais usados nos estudos eleitorais", in O. B. de Lima Jr. (org.), *O sistema partidário brasileiro*, Rio de Janeiro, FGV.
- _____. (1998), *A volatilidade eleitoral nas eleições para a câmara dos deputados brasileira (1982-1994)*. Rio de Janeiro, IUPERJ (mimeo).
- NIE, H. et al. (1976), *The changing American voter*. Cambridge, Harvard University Press.
- NORPOTH, H. & RUSK, J. (1982), "Partisan dealignment in the American electorate: itemizing the deductions since 1964", *American Political Science Review*, 76.
- O'DONNELL, Guillermo. (1994), "Delegative democracy", *Journal of Democracy*, 5 (1).
- _____. (1996), "Illusions about consolidation", *Journal of Democracy*, 7 (2).
- O'DONNELL, Guillermo & SCHMITTER, Philippe. (1986), *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore, Johns Hopkins.
- O'DONNELL, Guillermo et al. (eds.). (1986), *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives*. Baltimore, John Hopkins.
- OLSON, David. (1998), "Party formation and party system consolidation in new democracies of Central Europe". *Political Studies*, 46.
- PEDERSEN, Mogens. (1979), "The dynamics of European party system: changing patterns of electoral volatility". *European Journal of Political Research*, 7 (1).
- _____. (1983), "Changing patterns of electoral volatility in European party systems (1948-1977)", in H. Daalder & P. Mair (eds.), *Western European party systems: continuity and change*, London, Sage.
- PERCHERON, Annick & JENNINGS, M. Kent. (1981), "Political continuities in French families: a new perspective on an old controversy". *Comparative Politics*, 13.
- PERES, Paulo Sérgio. (2000), *O espectro da instabilidade: sistema partidário e volatilidade eleitoral no Brasil democrático*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, DCP/USP (mimeo).
- _____. (2002), "Sistema partidário e instabilidade eleitoral no Brasil", in C. Pinto & A. Marengo (orgs.), *Partidos no Cone Sul: novos ângulos de pesquisa*. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer Stiftung.

- _____. (2005), *Sistema partidário na dinâmica democrática brasileira*. Tese de Doutorado. São Paulo, DCP/USP (mimeo).
- PREUHS, Robert & MAESTAS, Cherie. (2000), "Modeling volatility in political time series". *Electoral Studies*, 19.
- PRIDHAM, Geoffrey & LEWIS, Paul (eds.). (1996), *Stabilizing fragile democracies: comparing new party systems in Southern and Eastern Europe*. London, Routledge.
- PRZEWORSKI, Adam. (1975), "Institutionalization of voting patterns, or is mobilization the source of decay?" *The American Political Science Review*, 69.
- RICHARDSON, Bradley. (1991), "European party loyalties revisited". *The American Political Science Review*, 85.
- ROBERTS, Kenneth & WIBBELS, Erik. (1999), "Party systems and electoral volatility in Latin America: a test of economic, institutional and structural explanations". *American Political Science Review*, 93.
- ROKKAN, Stein. (1970), *Citizens, elections, parties: approaches to the comparative study of the process of development*. Oslo, Universitets for Laget.
- _____. (1977), "Towards a generalized concept of *verzuijing*: a preliminary note". *Political Studies*, 25 (4).
- ROSE, Richard & URWIN, Derek. (1970), "Persistence and change in western party systems (1945-69)". *Political Studies*, 18 (3).
- SARLVIK, B. & CREWE, I. (1983), *Decade of dealignment*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SARTORI, Giovanni. (1968), "Political development and political engineering", in J. Montgomery & A. Hirshman (eds.), *Public policy*, Cambridge, Harvard University Press.
- _____. (1976), *Parties and party systems*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SHAMIR, Michal. (1984), "Are western party systems 'frozen'? A comparative dynamic analysis". *Comparative Political Studies*, 17.
- SCHMITTER, Philippe. (1995), "Transitology: the science or the art of democratization?", in J. Tulchin, Joseph & B. Romero (eds.), *The consolidation of democracy in Latin America*. Boulder, Lynne Rienner.
- SCHUMPETER, Joseph. (1942), *Capitalism, socialism and democracy*. New York, Harper.
- SHIVELY, Phillips. (1972), "Party identification, party choice and voting stability". *American Political Science Review*, 66.
- SHVETSOVA, Olga. (1999), "A survey of post-communist electoral institutions: 1990-1998". *Electoral Studies*, 18.
- SHUGART, Mathew & CAREY, John. (1992), *Presidents and assemblies*. Cambridge, Cambridge University Press.

- SIAROFF, Alan. (2000), *Comparative European party system: an analysis of parliamentary elections since 1945*. London, Garland Publishing.
- SIMON, Janos. (1997), "Electoral systems and democracy in Central Europe". *International Political Science Review*, 18 (4).
- STRÖM, Kaare. (1990), "A behavioral theory of competitive political parties". *American Journal of Political Science*, 34 (1).
- THOMASSEM, Jacques. (1976), "Party identification as a cross-national concept: its meaning in the Netherlands", in I. Budge *et al.* (eds.), *Party identification and beyond*. London, John Wiley and Sons.
- TORCAL, Mariano & MAINWARING, Scott. (2002), "Social cleavages, the anchoring of the vote, and party system stability: Latin America and Western Europe". *American Political Science Association, Annual Meeting, Boston Convention, APSA Proceedings*.
- WEBER, Max. (1993), *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix.
- WARE, Alan. (1996), *Political parties and party systems*. Oxford, Oxford University Press.
- WOLINETZ, Steven. (1979), "The transformation the Western European party systems revisited". *West European Politics*, 2 (1).

Resumo

O Problema da Instabilidade Eleitoral na Europa: uma Análise do Debate Teórico, Empírico e Metodológico

Meu objetivo neste texto é reconstruir analiticamente a formulação teórica do problema da instabilidade eleitoral tal qual ele se deu na Europa. Esse problema está diretamente relacionado com a conhecida hipótese do "descongelamento" dos sistemas partidários da região e com o debate acadêmico que daí se seguiu com a finalidade seja de refutá-la, seja de corroborá-la. Desde então, tal debate envolveu uma gama variada de autores e uma série de inovações metodológicas que possibilitaram um grande avanço nos testes empíricos da dinâmica dos sistemas partidários e da evolução dos apoios eleitorais dos partidos. Em função disso, é possível afirmar que a análise desse debate é importante para a compreensão das teorias e da metodologia utilizadas não apenas na análise das democracias mais "consolidadas", mas também das democracias mais recentes.

Palavras-chave: Instabilidade Eleitoral na Europa; Sistemas Partidários Europeus; Volatilidade Eleitoral.

Résumé

Le problème de l'instabilité électorale en Europe : une analyse du débat théorique, empirique et méthodologique

Notre objectif, dans ce texte, a été de reconstruire analytiquement la formulation théorique du problème de l'instabilité électorale telle qu'elle a eu lieu en Europe. Ce problème est directement lié à l'hypothèse bien connue du "dégel" des systèmes politiques partidaires de la région et au débat académique qui s'en est suivi avec le but soit de la rechasser, soit de la corroborer. Ce débat a, depuis, mis en cause une gamme variée d'auteurs et une série d'innovations méthodologiques qui ont permis une grande avancée des tests empiriques de la dynamique des systèmes partidaires et de l'évolution des appuis électoraux des partis. En fonction de cela, il est possible d'affirmer que l'analyse de ce débat est important pour la compréhension des théories et de la méthodologie employées non seulement dans l'analyse des démocraties, d'avantage "consolidées", mais aussi des démocraties plus récentes.

Mots-clés: Instabilité électorale en Europe; Systèmes Partidaires Européens; Volatilité Électorale.

Abstract

The Problem of Electoral Instability in Europe: An Analysis on the Theoretical, Empiric, and Methodological Debate

The objective of this paper is to analytically reconstruct the theoretical formulation of the problem of European contemporary electoral instability. Such problem is directly related to the well-known hypothesis of the "defrosting" of the party systems in the area as well as to the academic debate that has followed with the purpose of either rebut or corroborate it. Since then, such debate has involved a varied scope of authors and a series of methodological innovations that have made possible a great advance on the empirical tests of the dynamic of party systems and the evolution of electoral support for parties. Because of that, it is possible to affirm that the analysis of such debate is important for the understanding of the theories and methodology used not only on the analysis of more "consolidated" democracies but also of more recent ones.

Keywords: Electoral instability in Europe; European party systems; Electoral volatility.